

## 1. Apresentação

Professora Joicy Queiroz, Bióloga e Mestre em Ciências Médicas pela Universidade de Brasília, Especialista em Ciências Forenses e Perita Criminal da Polícia Técnico-Científica de Goiás desde 2010.

## 2. Referências Bibliográficas

1. **Costa Filho**, Paulo Enio Garcia. **Medicina Legal e Criminalística**. Brasília. Vestcon, 2110.
2. **França**, Genival Veloso de. **Medicina Legal**. 10ª Edição. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 215.
3. **Hércules**, Hygino de Carvalho. **Medicina Legal – Texto e atlas**. 2ª. Edição. São Paulo: Atheneu, 2014.
4. **Silva Netto**, Amilcar da Serra e **Espindula**, Alberi . **Manual de atendimento a locais de morte violenta: Investigação pericial e policial**. Campinas, SP. Millennium Editora, 2016.
5. **Velho**, Jesus Antonio et al. **Ciências Forenses: Uma introdução às principais áreas da criminalística moderna**. Campinas, SP. Millennium Editora, 2013.
6. <http://www.malthus.com.br>

## 3. Conteúdo da Disciplina de Medicina Legal

1. Legislação sobre perícias.
2. Lesões corporais sob o ponto de vista jurídico.
3. Energias de Ordem Mecânica: Traumatologia Médico-legal.
4. Energias de Ordem Química, cáusticos e venenos, embriaguez, toxicomanias.
5. Energias de Ordem Física: Efeitos da temperatura, eletricidade, pressão atmosférica, radiações, luz e som.
6. Energias de Ordem Físico-Química: Asfixias em geral. Asfixias em espécie: por gases irrespiráveis, por monóxido de carbono, por sufocação direta, por sufocação indireta, por afogamento, por enforcamento, por estrangulamento, por esganadura, por soterramento e por confinamento.
7. Tanatologia Médico-legal.
8. Tanatognose e cronotanatognose.
9. Fenômenos cadavéricos.
10. Necropsia, necropsia.
11. Mortes violentas, suspeitas e naturais.
12. Crimes contra a dignidade sexual e provas periciais.
13. Exame perinecropsia de aborto e infanticídio.

#### 4. Aula 1: Conceitos e Legislação sobre perícias(CPP: Arts. 158 e 159).

##### O que é a Medicina Legal?

###### Conceito

Medicina Legal pode ser compreendida como a aplicação dos **conhecimentos médicos** para a **prática jurídica**.

Em suma, é a contribuição da **medicina**, e da **tecnologia** e outras **ciências afins**, às questões do **Direito** na elaboração de leis, na administração judiciária e na consolidação da doutrina. (França)

*Não chega a ser propriamente uma especialidade médica.*

**Obs.:** *Médico Legista é um cargo, não é uma especialidade médica.*

###### Questão de Concurso - Comentada

###### Polícia Técnico-Científica de Goiás. 2015. Médico Legista.

A respeito do conceito de Medicina Legal, na perspectiva de que o Direito não pode abrir mão dos conhecimentos médico-biológicos para o exercício efetivo de suas diversas áreas de abrangência, e tendo sempre em mente a necessidade de inseri-lo em uma perspectiva histórica e contextual, assinale a alternativa correta.

(A) A Medicina Legal é uma ciência autônoma em função de se valer de método, objeto e objetivos próprios, que lhe conferem uma característica própria e **distante dos conceitos médico-biológicos vigentes**, uma vez que está voltada única e exclusivamente para os interesses das matérias jurídicas. **Comentário:** *a medicina legal não está distante dos conceitos médicos-biológicos vigentes. A medicina legal representa a aplicação dos conhecimentos médicos-biológicos vigentes à prática jurídica.*

(B) Entende-se a Medicina Legal como a medicina que se coloca a serviço das ciências jurídicas e sociais, não dispondo de método próprio, objeto específico ou objetivo particular, mas necessitando, para o seu exercício do conhecimento, de aspectos peculiares à disciplina, podendo assim **ser considerada uma especialidade médica**. **Comentário:** *a medicina legal não pode ser considerada uma especialidade médica.*

(C) No estabelecimento de **um conceito para a Medicina Legal**, deve-se **levar em consideração o seu caráter multidisciplinar**, as **suas relações com outras ciências** e o **seu extenso raio de atividade**; tais características contemplam, na totalidade, o conceito extensivo da matéria, espelhando uma posição mais coerente e consistente para o tema.

(D) O conceito restritivo de Medicina Legal, por **entender a matéria como uma especialidade médica**, traduzindo-a apenas como questões médico-legais que podem ser avaliadas e resolvidas por qualquer médico, apresenta-se como a melhor definição para a matéria, estando em consonância com as demandas

atuais da Justiça. **Comentário:** *a medicina legal não pode ser considerada uma especialidade médica.*

(E) A aplicação de conhecimentos médicos ao serviço da justiça **não demanda conhecimentos específicos e especializados**, situando-se no campo de atuação da Deontologia Médica, que é matéria exclusiva de atuação dos Conselhos de Medicina (Federal e regionais) e caracteriza a chamada Medicina Forense. **Comentário:** *a medicina legal é uma parte muito específica da medicina, a sua aplicação demanda conhecimentos específicos e especializados.*

**Gabarito:** letra “C”

### Um outro conceito

“A arte de aplicar os conhecimentos e os preceitos de diversos ramos principais e acessórios da Medicina à composição das leis e às **diversas questões de direito**, para iluminá-los e interpretá-los convenientemente”. (FRANÇA, 2011 apud Foderé, s.d.)

### Por que este conceito?

*Quando pensamos em Medicina Legal, pensamos muito em vítimas de mortes violentas, mas, a Medicina Legal não se aplica apenas em questões do Direito Penal. **A Medicina Legal pode se relacionar com os mais diversos ramos do Direito.***

### Exemplos:

Direito Civil – questões de paternidade, nulidade de casamento.

Direito Administrativo – afastamentos e aposentadorias.

Direito Penal – lesões corporais, aborto (legal e criminoso), infanticídio, crimes contra a liberdade sexual.

### Exemplificando:

#### Código Civil

Art. 1.550. É anulável o casamento:

I - de quem não completou a idade mínima para casar;

...

IV - do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento;

Art. 1.556. O casamento pode ser anulado por vício da vontade, se houve por parte de um dos nubentes, ao consentir, erro essencial quanto à pessoa do outro.

Art. 1.557. Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge:

III - a ignorância, anterior ao casamento, de defeito físico irremediável que não caracterize deficiência ou de moléstia grave e transmissível, por contágio ou por herança, capaz de pôr em risco a saúde do outro cônjuge ou de sua descendência; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

*A Medicina Legal através de exames médicos e conhecimentos específicos consegue auxiliar na resolução de demandas do Direito Civil, como: comprovar maioridade, comprovar capacidade psiquiátrica, diagnosticar doenças, entre outros.*

## Legislação sobre perícias

### O artigo 158 do CPP é a base de nosso estudo

**CPP Art. 158:** Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

*Ainda que alguém confesse um crime se a infração deixar vestígios é obrigatório que haja o exame de corpo de delito.*

### O que é o exame de corpo de delito?

*Tem gente que acha que o exame de corpo de delito é apenas o exame no corpo da vítima, viva ou morta, esta é uma visão errada, **NÃO É ASSIM!***

*O corpo de delito é o conjunto de todos os vestígios materiais de uma infração, por exemplo:*

*O indivíduo praticou um crime e deixou uma garrafa no local de crime, esta garrafa poderá ter o DNA do autor, impressões papilares do autor, então ela é um vestígio material, **é um corpo de delito**, então, **o exame de corpo de delito é o exame de todos os vestígios materiais de uma infração penal**, pode ser um carro, pode ser um copo, uma mancha de sangue e pode ter ou não o corpo de uma vítima.*

**O corpo de delito = Vestígio material (corpo, documento, objeto) da prática supostamente delituosa.**

Assim como em todas as perícias, o exame de **corpo de delito** na perícia médico-legal pode ser **direto** ou **indireto**.

**Exame direto:** Aquele que pode ser **realizado diretamente** sobre os vestígios, porque os **vestígios materiais**, por serem de **natureza permanente, persistem** (ex.: lesões corporais, homicídios).

**Exame indireto:** Aquele que deve ser realizado indiretamente em ocasiões que os vestígios materiais da infração, por serem de natureza passageira, inexistem ou são efêmeros (ex.: rubefação, desacato, injúria verbal, análise de prontuários médicos e relatórios de hospitais).

*São comuns em medicina legal exames complementares: laboratoriais (DNA, alcoolemia etc) e imaginológicos (RX, tomografia).*

**CPP Art. 159:** O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. (Redação dada pela Lei nº 11.690, de 2008).

§ 1º Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior **preferencialmente** na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.(Redação dada pela Lei nº 11.690, de 2008).

*No artigo 159 fala do cargo de Perito Criminal Oficial, que é o cargo de nosso interesse, que é conquistado através de concurso público. O artigo é bem claro ao dizer que o exame de corpo de delito só pode ser realizado por Perito Oficial, porém na falta de Perito Oficial o exame será realizado por 2 pessoas(Peritos ad hoc ou nomeados) com diploma de curso superior preferencialmente na área específica.*

*No artigo 159 não diz que o Perito Oficial é obrigado a ser formado na área específica do exame, por isso alguns Estados como Goiás, Minas Gerais e São Paulo o concurso é geral, com todos concorrendo as mesmas vagas.*

## Questões de Concursos

### 1. Perito Criminal de Goiás. 2015. Funiversa.

Quanto ao exame do corpo de delito, segundo o CPP, assinale a alternativa correta.

- (A) A única fórmula legal para preencher a falta do exame do corpo de delito é a colheita de depoimentos de testemunhas.
- (B) A confissão do réu pode suprir o exame do corpo de delito.
- (C) O exame do corpo de delito é a materialidade do crime, isto é, a prova de sua existência.

(D) Inexistindo possibilidade de os peritos terem acesso, ainda que indireto, ao objeto a ser analisado, não se pode suprir o exame de corpo de delito por testemunhas.

(E) O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito não oficial.

### 2. Perito Criminal de São Paulo. 2014. Vunesp.

Sobre o exame de corpo de delito e outras perícias, assinale a alternativa correta.

(A) Tratando-se de perícia complexa que abranja mais de uma área de

conhecimento especializado, impor-se-á a atuação de mais de dois peritos oficiais, sendo vedado à parte indicar mais de um assistente técnico.

(B) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, necessariamente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.

(C) Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

(D) O exame de corpo de delito será realizado por perito oficial, obrigatoriamente portador de diploma do curso superior em Medicina.

(E) Quando a infração deixar vestígios, será facultada ao juiz a determinação da realização do exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo tal exame ser suprido pela confissão do acusado.

### 3. Perito Criminal de Minas Gerais. 2013. Fumarc.

Em relação às normas legais atinentes ao trabalho pericial, **NÃO** é correto afirmar:

(A) No caso que exija a atuação de perito não oficial, é obrigatório seu compromisso para o bom e fiel desempenho da atividade.

(B) As partes legalmente admitidas nos casos que exigem a atuação do Perito Criminal poderão formular

quesitos que serão a ele encaminhados.

(C) Quando a transgressão deixar vestígios, requerendo a atuação do Perito Criminal, é facultativa a realização do corpo de delito direto ou indireto.

(D) Em localidades onde não haja a presença do Perito Criminal Oficial, o exame técnico será feito por duas pessoas idôneas que possuam a habilitação técnica para realizá-lo.

### Texto para as questões 4 e 5

Processos são um conjunto de providências que devem ser tomadas para se verificar e sanar uma lesão de direito. No curso dos processos, os fatos devem ser esclarecidos sem quaisquer dúvidas, de modo que os juízes possam proferir sentenças justas. Os fatos alegados em um processo precisam ser demonstrados, e essa demonstração depende de sua natureza. Quando tais fatos não deixam vestígios materiais e se desvanecem no mesmo instante em que ocorrem, ou logo após, a sua comprovação em juízo só pode ser feita pela prova testemunhal. E o relato pode, por diversas razões, não corresponder fielmente à realidade. Mas, se resultam vestígios duradouros dos fatos ocorridos, com a possibilidade de serem detectados pelos nossos sentidos, o seu exame e registro devem ser feitos obrigatoriamente. E por pessoas tecnicamente capacitadas para fazê-lo.

Hygino de C. Hercules. **Perícia e Peritos. Documentos. Médico-Legais.** Medicina Legal – Texto e Atlas. São Paulo: Editora Atheneu, 2005, p. 13.

#### **4. Perito Criminal de Goiás. 2015. Funiversa.**

Com relação aos conceitos de perícia e de perito, bem como à normatização estabelecida no CPP, assinale a alternativa correta.

(A) Quando uma infração deixa vestígios, é necessário o exame de corpo de delito, ou seja, a comprovação dos vestígios materiais por ela deixados torna-se indispensável; a prova testemunhal não pode ser considerada uma alternativa aos vestígios não periciados ou àqueles que se perderam com o decorrer do tempo.

(B) Perito é um auxiliar da justiça, devidamente compromissado, estranho às partes, portador de conhecimento técnico altamente especializado e sem impedimentos para atuar no processo.

(C) A confissão do acusado pode suprir o exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios.

(D) Chama-se de corpo de delito direto o realizado pelos peritos sobre os vestígios de infração existentes, e de corpo de delito indireto quando, não existindo esses vestígios materiais, a prova é suprida pela confissão do acusado.

(E) O exame de corpo de delito pode ser solicitado diretamente ao órgão responsável pela perícia pelo advogado procurador da parte interessada.

#### **5. Perito Criminal de Goiás. 2015. Funiversa.**

Com base nos conceitos de perícia e de perito, bem como na

normatização estabelecida no CPP, assinale a alternativa correta.

(A) Falsa perícia pode ser definida como a afirmação contra a verdade, como a negação da verdade e como o silêncio acerca da verdade, só podendo ocorrer nos casos em que atuam peritos oficiais.

(B) O juiz pode rejeitar partes de um laudo, mas não o laudo todo.

(C) Para a realização do exame de corpo de delito e de outras perícias, a regra absoluta é o perito oficial, não cabendo alternativas.

(D) A iniciativa da perícia cabe à autoridade policial ou à autoridade judiciária e às partes, estando todas elas aptas para indicar os peritos.

(E) Corpo de delito é o conjunto de vestígios materiais (elementos sensíveis) deixados pela infração penal, ou seja, representa a materialidade do crime.

#### **6. Agente de Polícia Legislativa. Câmara dos Deputados. 2014. Cespe.**

No que se refere ao inquérito policial e à prova criminal, julgue o item subsequente.

É possível que, na falta de perito oficial, a prova pericial seja realizada por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, preferencialmente na área objeto do exame, nomeadas pelo juiz da causa.

( ) Certo ( ) Errado

**7. PC-SP - Técnico de Laboratório. 2014. Vunesp.**

A respeito do exame de corpo de delito e das perícias em geral, prevê o Código de Processo Penal que, quando a infração deixar vestígios, será

(A) elaborado laudo pericial, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

(B) indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

(C) realizada perícia por perito oficial, portador de diploma de nível médio.

(D) inadmissível, em qualquer hipótese, a prova testemunhal.

(E) o juiz vinculado ao laudo, não podendo rejeitá-lo.

**8. PC-DF. 2015. Perito Médico-Legista. Funiversa.**

Assinale a alternativa que apresenta o conceito de corpo de delito.

(A) É o conjunto dos elementos físicos ou materiais, principais ou acessórios, permanentes ou temporários, que corporificam a prática criminosa.

(B) É uma das espécies de prova pericial, consistente na colheita, por pessoa especializada, de elementos instrutórios sobre fato cuja percepção dependa de conhecimento de ordem técnica ou científica.

(C) É todo e qualquer fato, sinal, marca ou vestígio, conhecido e provado, que, por sua relação

necessária ou possível com outro fato que se desconheça, prova ou leva a presumir a existência deste último.

(D) É o exame de algo ou alguém realizado por técnicos ou especialistas em determinados assuntos, podendo fazer afirmações ou extrair conclusões pertinentes ao processo penal.

(E) É a inspeção ou a observação rigorosa feita por técnicos, analisando-se os vestígios materiais deixados pela infração penal.

**Gabarito:**

1-A; 2-C; 3-C; 4-B; 5-E; 6-CERTO; 7-B; 8-A.

Dúvidas, questionamentos e correções sobre este material entre em contato:

galeno@institutogaleno.com.br

 (62) 4141-7394

[www.institutogaleno.com.br](http://www.institutogaleno.com.br)